



ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA, DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, REALIZADA EM 02 DE JUNHO DE 2015.

Aos dois dias do mês de junho de 2015, às dez horas e vinte e seis minutos, na sala de reunião das comissões, foi aberta pelo o Senhor Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças - CEOF, Deputado Agaciel Maia, a quinta Reunião Extraordinária da Comissão, com as presenças dos Deputados Wasny de Roure e Rafael Prudente e, posteriormente, dos Deputados Júlio César e Professor Israel. Os trabalhos foram iniciados passando ao primeiro item, dos Comunicados, ocasião em que o Presidente informou que o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, PL nº 454, de 2015, já começaria a contar, face a publicação do parecer preliminar no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Esclareceu que o referido Parecer será distribuído a todos os Parlamentares, por meio magnético, objetivando facilitar o exame, a apresentação e a celeridade de emendas pelos Deputados e assessorias. Lembrou também, a data, 10 de junho, para a realização da audiência pública realizada pela CEOF, destinada à apresentação, pelo Executivo, das metas fiscais referentes ao primeiro quadrimestre de 2015 e do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2016, em cumprimento à legislação orçamentária e à Lei de Responsabilidade Fiscal. Não havendo mais comunicados, passou para o segundo item da Pauta - matérias para discussão e votação. Comunica que adotará a votação pelo processo simbólico, do **Manual de Emendas ao PLDO de 2016, PL nº 454, de 2015**, lembrando que o mesmo foi encaminhado previamente aos Parlamentares desta comissão. Em votação, o Manual foi aprovado com três votos favoráveis e duas ausências. O Presidente informa que a apreciação das matérias constantes dos itens nºs 1, 2 e 3, todas de relatoria do Deputado Prof. Israel Batista, serão transferidas para a próxima reunião, uma vez que o mesmo se encontra de licença médica. Em seguida passou a apreciação, em bloco, das Indicações nºs 2.885 e 2.988, ambas de 2015. O Item nº 6, discussão e votação da **Indicação nº 2.885, de 2015**, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que "sugere ao Exmo. Sr. Governador do Distrito Federal, por intermédio da Administração Regional de Taguatinga e parceria da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos, a revitalização da parada de ônibus localizada na QNH 03, Taguatinga Norte, Taguatinga – RA III". Item nº 7, discussão e votação da **Indicação nº 2.988, de 2015**, de autoria da Deputada Sandra Faraj, que "sugere ao Poder Executivo do Distrito Federal, por intermédio da Secretaria de Estado de Educação, a adoção de providências no sentido de enviar a esta Casa Legislativa projeto de lei que disponha sobre a transformação do adicional noturno dos titulares dos cargos efetivos de Agente de Gestão Educacional, especialidade



Vigilância, em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável – VPNI”. As indicações foram aprovadas com três votos favoráveis e duas ausências. Dando continuidade, passou a Presidência para o Deputado Rafael Prudente, por ser o relator dos próximos itens da pauta. O Deputado Wasny de Roure pediu a palavra, lembrando sua solicitação de publicação no Portal da Câmara a relação atualizada das emendas de parlamentares à Lei Orçamentária Anual, destacando a importância de ser incluída a execução e não apenas a divulgação do que foi previsto. O Deputado Agaciel Maia argumentou que obteve informação da Secretaria da Comissão de que as emendas já estão publicadas no Diário e também na internet, na página da CEOF, no entanto, iria registrar e acolher a sugestão solicitando à Secretária da Comissão que adote os procedimentos na forma indicada pelo Deputado. O Presidente, Deputado Rafael Prudente, passou ao Item nº 4, discussão e votação do parecer ao **Projeto de Lei Complementar nº 23, de 2015**, de autoria do Poder Executivo, que “autoriza o Poder Executivo a ceder, a título oneroso, os direitos creditórios de origem tributária ou não tributária, objeto de parcelamentos administrativos ou judiciais, na forma que especifica, e dá outras providências”, relatoria do Deputado Agaciel Maia. Após a leitura do parecer o Deputado Wasny de Roure fez algumas observações, afirmando tratar-se de uma matéria nova e que o FEDAT se esforçou para mostrar a possibilidade de o Estado fazer uso da dívida ativa. Relatou que esteve com o atual Secretário, debatendo sobre a securitização, quem destacou que nem toda dívida é passível de se fazer a securitização. Informou que a matéria vem desde a gestão anterior, tendo obtido pareceres contrários do Tribunal de Contas da União e do Tribunal de Justiça, portanto considera importante o aperfeiçoamento da propositura. O deputado Wasny fez indagações, tais como: como seria feita a cessão dos direitos creditórios e de que maneira? Qual seria o mecanismo de remuneração ao cessionário? Qual será a taxa de retorno para o Distrito Federal? Qual o montante da dívida parcelada que seria objeto da cessão dos direitos creditórios? Será criado um fundo para as operações da sociedade de propósito específico? Vai ter um fundo para gerenciar ou não é previsto isso? Haverá a necessidade de contratação de instituição financeira para operacionalização da securitização? Haverá licitação? Quais serão os mecanismos de controle, fiscalização e transparência a serem utilizados na operacionalização de securitização? O relator, Deputado Agaciel Maia solicitou ao Deputado Wasny a formalização dos questionamentos, que ele se empenharia em repassá-los à Secretaria de Governo e à Procuradoria, objetivando elucidar as questões antes de a matéria ser apresentada em Plenário. O Presidente, Deputado Rafael Prudente, disse ao relator que gostaria, também, de obter alguns esclarecimentos por parte do Governo. Após o acordo de que o Governo apresentaria os esclarecimentos necessários antes da votação em Plenário e, ainda, contando com a presença dos representantes do Governo, Sr. Sérgio Nogueira e Marcos Dantas, o parecer ao Projeto de Lei Complementar foi colocado em votação,



tendo sido aprovado com quatro votos favoráveis e uma abstenção. Dando continuidade, em discussão e votação do parecer ao **Projeto de Lei nº 454, de 2015**, de autoria do Poder Executivo, que “dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2016 e dá outras providências”, relator Deputado Agaciel Maia. Antes de ler o parecer, o relator esclareceu aos membros da Comissão que o parecer preliminar apresentado foi distribuído a todos os parlamentares, acompanhado de um CD, lembrando que o prazo para apresentação de emendas é do dia 3 ao dia 17. Em discussão, o Deputado Wasny de Roure alertou quanto à previsão que a Secretaria de Planejamento adotou com relação ao Fundo Constitucional do Distrito Federal, pois a maneira como apresenta a previsão, não contempla o Fundo Constitucional, tendo perdas. Pelo contrário, ainda há uma série de previsões de ampliação de aumento de gastos. Informou que apresentou ao Governo do Distrito Federal, recentemente, um estudo do Fundo Constitucional que aponta quatro fontes de perda de recursos. Uma delas, inclusive, reporta-se ao cálculo equivocado que o Ministério do Planejamento fez com relação aos anos iniciais do Fundo Constitucional, utilizando uma publicação preliminar da receita corrente líquida dos anos iniciais do Fundo Constitucional, que, posteriormente, foi corrigida – isso, do mês –, no final do ano, e o Governo Federal não atualiza. Consequentemente, essa defasagem vem ocorrendo sucessivamente, trazendo perdas. Disse que o Distrito Federal tem de atualizar os parâmetros de cálculo para poder ter uma perda menor. O relator informa que solicitou em seu parecer, esclarecimentos ao Executivo, no que se refere ao item 2.3, fl. 41, onde está escrito “informações e esclarecimentos complementares ao Projeto de Lei nº 454, de 2015, a serem prestados pelo Poder Executivo”. Fez onze perguntas ao Executivo. Pergunta se os membros da Comissão gostariam de incluir outros questionamentos. O Deputado Rafael Prudente expôs os seus questionamentos, informando que providenciaria fazê-los por escrito, imediatamente acatada pelo relator. O parecer preliminar foi aprovado, obtendo cinco votos favoráveis. Em seguida o Deputado Agaciel Maia solicitou a inclusão, **extrapauta, do Projeto de Lei nº 475, de 2015**, de autoria do Poder Executivo, que abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 4.500.000,00, do qual é o relator. Acatada a inclusão, foi colocado em discussão e leitura do Parecer. Neste momento o relator registra a presença do Sr. Ataíde e do Dr. Eduardo, representantes da FECOMÉRCIO, que participaram da reunião. Em votação, o parecer foi aprovado com cinco votos favoráveis. A seguir, após entendimento com os cinco membros da Comissão, iniciou-se a apreciação de itens **extrapauta**, colocando em discussão e votação do parecer ao **Processo nº 4, de 2015**, que “encaminha à apreciação a indicação do Sr. Geraldo Lourenço de Almeida para ocupar o cargo de Diretor Presidente do BRB Crédito, Financiamento e Investimento”, relator Deputado Agaciel Maia. Assumiu a Presidência da Comissão o



Deputado Wasny de Roure, estabelecendo que seria concedido um prazo de vinte minutos para a exposição de motivos do indicado, Dr. Geraldo, seguida de sabatina feita pelos Deputados da comissão e por último, a leitura do parecer pelo relator. O Sr. Geraldo Lourenço de Almeida, iniciou sua fala agradecendo ao Governador Rodrigo Rollemberg, pela sua indicação ao cargo de Diretor-Presidente da Financeira BRB, expôs informações curriculares e profissionais, tais como: é contador, advogado, possui especialização em Direito Tributário e Finanças Públicas, em Auditoria Interna e Externa, e mestre em Administração Pública. Disse que, na hipótese de os Deputados membros da Comissão concedessem a honra de aprovar sua indicação para presidir a Financeira, enfatiza o compromisso de desempenhar suas atribuições com afinco, cumprindo as missões legais e institucionais da instituição. A presidência da Comissão neste momento, foi alterada para o Deputado Rafael Prudente, que concedeu a palavra ao Deputado Wasny de Roure. Fez questionamentos ao indicado, tais como: como está avaliando a posição do banco nesta nova conjuntura, onde o quadro de custo é uma variável importante na avaliação do desempenho da instituição diante da folha de pagamento do banco ser relativamente elevada? Como vislumbra o BRB dentro do cenário de muita competição entre as instituições financeiras? Qual a avaliação do último balancete do banco? Foi concedida a palavra ao Sr. Geraldo. Esse, em resposta, falou sobre a avaliação do custo e desempenho, sobre a ótica da folha de pagamento do BRB, reconhece que, como instituição financeira, embora tenha também caráter social, a qual é uma das grandes bandeiras do Banco, é claro que se deve buscar sempre o menor custo para a melhoria do seu desempenho. Não podendo deixar de lembrar que, na condição de membro da estrutura governamental, o Banco de Brasília também, certamente, com as orientações do Sr. Governador Rodrigo Rollemberg e da atual Diretoria e da Presidência do banco, trabalhará sempre para buscar o menor custo possível a fim de viabilizar os financiamentos que lhe são pertinentes, bem como de viabilizar uma gestão mais otimizada dos seus recursos. No que se refere à competição, acredita que o banco, além do caráter competitivo, não pode esquecer o desenvolvimento e o fomento de que a cidade tanto precisa. Finaliza dizendo a necessidade de se observar o conjunto da economia de um modo geral. Na condição de servidor da Secretaria de Fazenda, em especial da área de controle e finanças, na Presidência da BRB Financeira todo o cuidado é necessário. O banco possui um corpo técnico qualificado, pronto para o apoio necessário para que as decisões sejam melhores adotadas e compartilhadas. O Deputado Agaciel Maia solicitou a palavra, fazendo pergunta sobre a privatização do BRB. Qual o posicionamento do indicado sobre o assunto. O Sr. Geraldo, respondeu que a discussão não remonta na atual gestão, ela já tinha sido colocada em outras situações e por outros governos. Como defensor do patrimônio público, acredita que o Banco de Brasília hoje, nas condições atuais, desempenha as suas atribuições a



contento. Atende perfeitamente a sociedade de Brasília e desenvolve programas sociais. Manifesta que é contra a privatização do Banco de Brasília. O Deputado Rafael Prudente pergunta ao indicado: analisando os últimos resultados, a área financeira com ativo em torno de um bilhão e resultado em torno de quatorze milhões de reais, como pretende fazer para melhorar o resultado financeiro, uma vez que um bilhão para resultar em 14 milhões é um resultado muito pequeno? O Sr. Geraldo esclarece que os ativos de um bilhão de reais da financeira, boa parte deles, quase que mais da metade dos ativos correspondem a consignados feitos para servidores, ou seja, a atuação de um bilhão de reais é feita por meio de empréstimos consignados com uma taxa mais atrativa, até menor que a ofertada pelo mercado. Isso leva certamente a uma política de inclusão e de caráter social do que propriamente de resultado financeiro. O Banco de Brasília não deve ser visto como uma instituição exclusivamente financeira, mas como uma instituição que tem cunho social e econômico dentro da cidade. Desta forma, concorda com o Deputado Rafael Prudente, pois a gestão tem uma ótica mais individual, mais pessoal, mas o Banco tem uma gestão mais coletiva, é por isso que a financeira teve uma redução no lucro, comparada à iniciativa privada. A palavra foi concedida ao Deputado Júlio César, que perguntou quais são os dois principais produtos da financeira e como ela se insere dentro do mercado financeiro no âmbito local e nacional? Em resposta, o indicado expõe que a financeira, como uma sociedade de crédito, financiamento e investimento, trabalha diretamente com o crédito de varejo, financiando bens móveis. No caso em especial da financeira, são veículos financiados para pessoas jurídicas e físicas e os consignados públicos e privados. Os consignados públicos são relacionados a servidores. Nos consignados privados a financeira concede uma linha de crédito para que os servidores dessas empresas possam ter crédito junto ao banco e descontar na folha de pagamento. Foi concedida a palavra ao Deputado Profº Israel Batista, que afirmou considerar o serviço de financiamento do BRB bastante conservador, que Brasília é uma cidade com muitas particularidades na sua economia, uma delas bem aproveitada pelo BRB, que são os consignados. Contudo, existem outras particularidades que precisam ser melhor aproveitadas, como é o caso dos concorrentes a cargos públicos, onde Brasília é a cidade com o maior número destes. Em resposta, o indicado disse que levará essa observação para a diretoria do banco, inclusive informa que o seu companheiro do BRB, Sr. Nilban, presente ao recinto, irá tratar do assunto junto à Diretoria do Banco. O Presidente, Deputado Rafael Prudente, encerra a fase de perguntas, solicitando ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita o parecer ao Processo nº 4, de 2015, que indica o nome do Sr. Geraldo Lourenço de Almeida para o cargo de Diretor-Presidente do BRB – Crédito Financiamento e Investimento e encaminha o currículo do pretendente. Após a leitura do parecer e não havendo quem queira discutir, foi colocado em votação, sendo aprovado por cinco votos favoráveis. O Deputado Júlio



César no uso da palavra solicita ao Sr. Presidente, a apreciação, como item **extrapauta, do parecer ao Projeto de Lei nº 357, de 2015**, que “institui o programa Material Escolar e dá outras providências”. O Presidente, Deputado Agaciel Maia, acata a solicitação do membro da Comissão, parabeniza o Sr. Geraldo, agradece aos Deputados membros da comissão e deseja ao Sr. Geraldo sucesso profissional, à frente da Financeira do BRB e comunica que o indicado está dispensado. Em continuidade, a Presidência foi passada para o Deputado Rafael Prudente, para colocar em discussão e votação do parecer ao **Projeto de Lei nº 357, de 2015**, de autoria do Poder Executivo, que “institui o programa Material Escolar e dá outras providências”. O relator, Deputado Agaciel Maia, faz a leitura do parecer. O Presidente, Deputado Rafael Prudente, solicita ao relator que encaminhe pela comissão, um pedido ao Governo. Estão votando e colocando em pauta um projeto cujo recurso já deveria ter sido disponibilizado em janeiro, já estamos em junho. Quer saber do Governo o cronograma desses gastos, como será implementado? O relator, Deputado Agaciel Maia, acata a sugestão. Em votação, o parecer foi aprovado com cinco votos favoráveis. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente reunião da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, às onze horas e quarenta e oito minutos. Eu, Leonira Bernardes Paulino_____, Secretária desta Comissão, lavro a presente Ata, que, após lida e aprovada será assinada pelo Presidente.

Deputado AGACIEL MAIA
Presidente

PUBLICADO NO DCL Nº 114, DE 24/06/2015, PÁGINAS 18 A 22.